



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Bodoquena

LEI COMPLEMENTAR Nº 93

DE 11 DE ABRIL 2019

Dispõe sobre a alteração da lei complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, e revogação da lei complementar nº 71, de 8 de maio de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 28 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. A gratificação pelo exercício de direção de unidades escolares corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento base do profissional do magistério.

*§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em Direção de Unidade Escolar, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos, da gratificação de que trata o **caput** deste artigo.*

*§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no **caput** deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”*

Art. 2º O artigo 29 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. A gratificação pelo exercício de Direção-Adjunta de unidades escolares, pelo exercício de Coordenação Técnica de Planos, Projetos e Programas e pelo exercí-



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Bodoquena

cio de Coordenação Pedagógica de Planos, Projetos e Programas, ambos específicos da área de educação, corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base do profissional do magistério.

*§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Direção-Adjunta de unidades escolares, de Coordenação Técnica de Planos, Projetos e Programas e de Coordenação Pedagógica de Planos, Projetos e Programas, ambos específicos da área de educação, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos, da gratificação de que trata o **caput** deste artigo.*

*§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no **caput** deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos."*

Art. 3º O artigo 33 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. A gratificação pelo exercício de coordenação pedagógica corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base da carreira do profissional do Magistério nomeado para a função.

*§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Coordenação Pedagógica, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos da gratificação de que trata o **caput** deste artigo.*

*§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no **caput** deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos."*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Bodoquena

Art. 4º O artigo 34 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. A gratificação pelo exercício de inspeção escolar corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base da carreira do profissional do Magistério nomeado para a função.

*§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Inspeção Escolar, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos da gratificação de que trata o **caput** deste artigo.*

*§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no **caput** deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”*

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 71, de 8 de maio de 2017.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bodoquena, MS, 11 de Abril de 2019.


KAZUTO HORII
Prefeito Municipal

Bodoquena – MS, 12 de abril de 2019

assinam: **Juliardson de Castro Couto** / Contratante
Excel Treinamento e Desenvolvimento Gerencial s/s Ltda –
 Contratado

Publicado por:
 Joao Paulo Lima de Oliveira
 Código Identificador:5C7E75B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 93/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 93 DE 11 DE ABRIL 2019

Dispõe sobre a alteração da lei complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, e revogação da lei complementar nº 71, de 8 de maio de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 28 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. A gratificação pelo exercício de direção de unidades escolares corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento base do profissional do magistério.

§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em Direção de Unidade Escolar, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos, da gratificação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no caput deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”

Art. 2º O artigo 29 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. A gratificação pelo exercício de Direção-Adjunta de unidades escolares, pelo exercício de Coordenação Técnica de Planos, Projetos e Programas e pelo exercício de Coordenação Pedagógica de Planos, Projetos e Programas, ambos específicos da área de educação, corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base do profissional do magistério.

§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Direção-Adjunta de unidades escolares, de Coordenação Técnica de Planos, Projetos e Programas e de Coordenação Pedagógica de Planos, Projetos e Programas, ambos específicos da área de educação, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos, da gratificação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no caput deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”

Art. 3º O artigo 33 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. A gratificação pelo exercício de coordenação pedagógica corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base da carreira do profissional do Magistério nomeado para a função.

§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Coordenação Pedagógica, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos da gratificação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no caput deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”

Art. 4º O artigo 34 da Lei Complementar nº 61, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. A gratificação pelo exercício de inspeção escolar corresponderá a 15% (quinze por cento) do vencimento base da carreira do profissional do Magistério nomeado para a função.

§ 1º O servidor detentor de 1 (um) cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais, quando investido em função em confiança de Inspeção Escolar, perceberá a remuneração de seu cargo efetivo, devendo-lhe ainda ser atribuído valor equivalente a outra carga horária com o vencimento inicial do nível correspondente ao seu cargo efetivo, ambos acrescidos da gratificação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Aplicam-se aos servidores detentores de 2 (dois) cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais apenas o percentual previsto no caput deste artigo, devendo o mesmo incidir sobre os 2 (dois) cargos.”

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 71, de 8 de maio de 2017.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bodoquena, MS, 11 de Abril de 2019.

KAZUTO HORII
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Marcia Regina Aquino Rialte
 Código Identificador:DFDC02FC

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - Registro de Preços

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Local de realização da sessão: Rua Cel. Pilad Rebuá nº 1.780 –
 Centro – Bonito / MS – Cep: 79.290-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos onze dias do mês de abril de 2019, na sede do Município de Bonito/MS, situada na Rua Cel. Pilad Rebuá nº 1.780, CEP 79.290-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **ODILSON ARRUDA SOARES**, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº. 1.707.406 SEJUSP/MS e CPF/MF nº. 030.135.881-87, residente e domiciliado na Rua Santana do Paraíso, 846, Centro, Bonito/MS; e do outro lado as empresas a seguir descritas e qualificadas:

CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº. 17.889.948/0001-42, neste ato, representada pelo Sr. MARCIEL JOSE DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de Registro Geral nº. 1.598.937 SEJUSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº. 027.916.801-28, com endereço comercial na Avenida Alexandre Herculano, nº. 1895, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, **CASA 10 COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EPP**, CNPJ nº. 15.992.591/0001-35, neste ato, representada pelo Sr. PAULO CÉSAR SANTOS COSTA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de Registro Geral nº. 1033325 SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº. 960.072.301-04, com endereço comercial na Rua Bahia, nº. 1769, Vila Cruzeiro, Campo Grande/MS, **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP**, CNPJ nº. 37.227.550/0001-58, neste ato, representada pelo Sr. ALESSANDRO MARTINS MIGUEL, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade de Registro Geral nº. 2.776.939 SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº. 788.729.281-68, com endereço comercial na Rua R-05, 129, Quadra R7, Lote 07, St. Oeste, Goiânia/GO, **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, CNPJ nº. 11.997.015/0001-92, neste ato, representada pelo Sr. ROBERTO CESAR LOPES CARVALHO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de Registro Geral nº. 845.458 SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº. 845.778.431-53, com endereço comercial na Rua Bahia, nº. 1.369, Vila Marman, Campo Grande/MS, **LUZ & CIA EIRELI**, CNPJ nº. 31.075.299/0001-77, neste ato, representada pelo Sr. CARLOS BASSAN HURTADO NETO, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade de Registro Geral nº. 1577292 SSP/MT, inscrito no